



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

TARDE

TÉCNICO DE PROCURADORIA

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

Observe os dois pequenos textos a seguir.

Texto 1: Comece a fazer um tipo de investimento que assegure a aqueles que virão depois de você uma vida boa como a sua.

Texto 2: Ah, que bom ficar sem fazer nada, belo e tranquilo, tendo guardado o que ganhei na vida. Posso dormir depois do almoço enquanto os outros trabalham.

O que há de comum entre esses dois textos é:

- (A) o aconselhamento de que se façam bons investimentos para a garantia econômica do futuro;
- (B) a demonstração de que a poupança é o melhor meio para que sejam evitadas preocupações econômicas;
- (C) a necessidade de cuidados com a tranquilidade econômica dos familiares que vêm após cada um de nós;
- (D) a indicação de que uma boa vida futura é construída a partir do presente;
- (E) o conselho de que tudo deve ser feito para que o dinheiro seja o centro de nossas preocupações.

2

Leia a seguinte frase de um economista:

“Preço” e “valor” significam a mesma coisa, mas “não tem preço” e “não tem valor” são antônimos.

O pensamento abaixo que mostra uma estruturação apoiada em antônimos, é:

- (A) A dor é uma advertência, assim como os pequenos prejuízos nos negócios nos ensinam a ser prudentes;
- (B) Não se acomode com a maré mansa, uma grande onda pode estar se preparando;
- (C) Acelerar demais a economia acaba levando a uma derrapagem perigosa;
- (D) O comércio internacional não é um jogo de damas, é um jogo de interesses;
- (E) A concorrência é uma prática dolorosa, mas produz ótimos resultados.

3

Observe o seguinte pensamento do humorista Millôr Fernandes: “A economia compreende todas as atividades do país, mas nenhuma atividade do país compreende a economia”.

O pensamento é composto por duas orações; sobre a sua estruturação, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma rigorosa inversão dos termos nas duas orações que a compõem;
- (B) enquanto a primeira oração mostra sentido lógico, a segunda mostra sentido figurado;
- (C) o verbo “compreender” é empregado com significados distintos nas duas orações;
- (D) enquanto a primeira oração é construída na voz ativa, a segunda é construída na voz passiva;
- (E) o pensamento é estruturado sobre uma oposição entre presente X futuro.

4

O vocábulo “você” é um pronome de tratamento íntimo, usado em relacionamentos de amizade. Em algumas frases, entretanto, ele se refere, indeterminadamente, a todas as pessoas.

A frase abaixo em que isso ocorre, é:

- (A) Quando você é mais jovem, as pessoas o culpam por crimes que você nunca cometeu, dizia-me meu avô;
- (B) Num dos programas da TV, um famoso apresentador disse: “TV é tudo de mentira. Se o programa não estiver bom, finja que está. Pule, grite, assim você vai aparecer na telinha e ficar famoso”;
- (C) Um ex-presidente da República ficou irritado quando, numa entrevista, o repórter o tratou por “você”;
- (D) Meu pai repreendia constantemente a mãe dele: “Não interrompa quem lhe conta uma história que você já conhece”;
- (E) Você, que é presidente atual do Senado, deve preocupar-se com as preocupações dos cidadãos.

5

Observe o seguinte pensamento de A. Huxley:

“O dinheiro não traz nenhuma satisfação quando é necessário trabalhar para ganhá-lo: pois que, trabalhando para consegui-lo, não sobra tempo para gastá-lo”.

A afirmação adequada sobre o dinheiro, tendo em vista o que é dito nesse pensamento, é que ele:

- (A) só traz satisfação quando, após o trabalho, ele pode ser gasto;
- (B) nunca traz felicidade ao seu dono;
- (C) traz alegria somente quando economizado;
- (D) produz satisfação sempre que é gasto;
- (E) só se justifica quando é conseguido pelo trabalho.

6

Observe a seguinte frase: “Nunca roubes: desse modo, nunca terás sorte nos teus negócios. Procura ludibriar apenas”.

Toda essa frase mostra o tratamento na segunda pessoa do singular; se a passarmos para a terceira pessoa do singular, a forma correta dessa frase seria:

- (A) Nunca roubes: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;
- (B) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;
- (C) Nunca roube: desse modo nunca terás sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;
- (D) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos teus negócios. Procure ludibriar apenas;
- (E) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procura ludibriar apenas.

7

O ex-presidente John Kennedy declarou: “A paz mundial, como a paz em uma comunidade, não necessita que cada um ame o seu vizinho – mas que vivam com mútua tolerância, submetendo suas disputas a um acordo justo e pacífico”.

Infere-se dessa declaração que:

- (A) o amor é indispensável para que não haja guerras;
- (B) a paz no mundo e numa comunidade obedece a padrões diferentes;
- (C) a tolerância entre países vizinhos é fruto de acordos justos e pacíficos;
- (D) as disputas entre países são frutos da intolerância;
- (E) os acordos são medidas transitórias de resolução de conflitos.

8

Muitas frases são construídas tendo por inspiração outras frases muito conhecidas; a opção abaixo em que a frase inspiradora é vista com reprovação, é:

- (A) Será que nossas filigranas jurídicas têm razões que a razão do interesse público desconhece?
- (B) Conquista-se um eleitorado em situação calamitosa organizando festejos públicos e shows permanentemente, adaptando-se o pão e o circo dos romanos à modalidade caça e circo;
- (C) A grande diferença entre liberais e conservadores: estes creem que o homem nasce mau e a sociedade o torna bom. Aqueles, que o homem nasce bom e a sociedade o faz mau;
- (D) Quem dorme como bebê não tem bebê em casa;
- (E) Nem só de pão vive o homem, pois o presunto de Parma e o queijo suíço também são necessários.

9

Na escrita, um só termo pode substituir, de forma adequada, uma locução ou mesmo toda uma oração. Em todas as opções abaixo há uma locução adverbial sublinhada; a frase em que a locução foi substituída adequadamente por um advérbio de mesmo sentido, é:

- (A) A sobremesa foi servida em seguida às iguarias / seguidamente;
- (B) De antemão, o governo deve garantir certa estabilidade jurídica para que os negócios se realizem / Antecipadamente;
- (C) De quando em quando as medidas governamentais surtem o efeito pretendido / Frequentemente;
- (D) O acidente de ontem, como de ordinário, ocorreu em função das péssimas condições da rodovia / popularmente;
- (E) As ordens da polícia foram seguidas ao pé da letra pela população do local / preliminarmente.

10

O célebre escritor Emerson escreveu certa vez: “Um autor aparece com mais vantagem nas páginas de outro livro, distinto do seu. No seu próprio, ele é apenas um candidato à espera da aprovação do leitor; no livro de outro autor ele tem a autoridade de quem legisla”.

Deduz-se dessa afirmação que:

- (A) os autores de livros devem procurar primeiramente a aprovação dos seus leitores por meio da comparação com outros;
- (B) os escritores devem usar pseudônimos na indicação da autoria de suas obras a fim de evitarem a desaprovação pública dos leitores;
- (C) sendo citado por outro, um autor pode aparecer como fonte de autoridade;
- (D) os livros que citam outros autores devem fazer isso de forma a não perderem seu valor intelectual;
- (E) os escritores não devem citar outros autores a fim de não perderem sua própria autoridade.

11

Os dois vocábulos com o mesmo sentido básico, em que o segundo pertence a outra família etimológica, são:

- (A) água / fluvial;
- (B) cavalo / equestre;
- (C) calor / fértil;
- (D) campo / espacial;
- (E) imagem / paisagístico.

12

As duas formas de participio indicadas para o verbo inicial são igualmente válidas em:

- (A) progredir / progredido, progresso;
- (B) escrever / escrito, escrito;
- (C) trazer / trazido, trago;
- (D) consumir / consumido, consumado;
- (E) abstrair / abstraído, abstrato.

13

Machado de Assis escreveu certa vez sobre os cronistas (autores de crônicas): “O cronista não tem cargos d’almas, não evangeliza, não endireita os tortos do mundo; é um mero espectador, as mais das vezes pacato, cuja bonomia tem o passo tardo dos senhores do harém”.

Segundo esse pequeno texto, o cronista:

- (A) interfere, com bondade, nos problemas humanos;
- (B) comenta, com distanciamento, o que observa;
- (C) participa do que vê, com sentimentos próprios;
- (D) relata o que observa, participando com suas opiniões;
- (E) narra fatos de que participa, mas com isenção.

14

Um ex-governador da Bahia, já falecido, falando de um adversário político, declarou: “Não dá para lidar com alguém que não usa paletó, usa sobretudo”.

O argumento empregado pelo ex-governador pode ser classificado como inadequado porque:

- (A) se fundamenta parcialmente em uma opinião pessoal;
- (B) não apresenta provas do que declara;
- (C) substitui o racional pelo emotivo;
- (D) foge do assunto, focalizando a pessoa e não os fatos;
- (E) apela para uma autoridade discutível.

15

Observe a construção da seguinte frase, com atenção especial ao emprego do verbo “fazer”: “Certamente aqueles que não têm nada a dizer conseguem levar o máximo de tempo para fazê-lo”.

A frase abaixo em que seu emprego obedece ao mesmo padrão, é:

- (A) Ainda que os dias da semana sejam diferentes, eu faço todos os dias as mesmas tarefas;
- (B) O artesão produz muitas estatuetas a cada dia, mas fazê-las é tarefa difícil;
- (C) Dizem que Deus ajuda a quem cedo madruga, mas eu não consigo fazer isso;
- (D) Ainda que a professora peça aos alunos, eles nem sempre fazem os exercícios pedidos;
- (E) Façam o que digo, mas não façam o que eu faço.

16

No prefácio de um de seus livros, o escritor modernista Mário de Andrade escreveu: “Mas todo este prefácio, com todo o disparate das teorias que contém, não vale coisíssima nenhuma”.

Sobre o curioso vocábulo “coisíssima”, é correto afirmar que:

- (A) o sufixo -íssima aparece ligado a um substantivo e não a um adjetivo, como de hábito;
- (B) a formação do vocábulo indica intensidade;
- (C) o vocábulo formado indica a noção de quantidade incontável;
- (D) o sufixo utilizado no vocábulo corresponde, por tratar-se de um substantivo, ao sufixo aumentativo -ão;
- (E) a palavra formada é comumente empregada na linguagem erudita pelo fato de o sufixo empregado ser culto.

17

Uma das marcas da textualidade é a coesão, que estabelece ligações formais entre elementos de um texto. O referente do pronome sublinhado está corretamente identificado em:

- (A) Além disso, um autor pode escrever um prefácio tão longo quanto desejar, que o público continuará a dirigir-lhe as mesmas cobranças que ele havia procurado afastar / público;
- (B) Quem escreve uma antologia escreve sempre um prefácio em que declara o critério adotado / antologia;
- (C) Este prefácio, apesar de interessante, inútil. Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões. Para quem me aceita são inúteis ambos / dados e conclusões;
- (D) Por isso, os mais espertos costumam agora deixar de lado o prefácio, e os comodistas o fazem porque um bom prefácio é mais difícil que o livro / prefácio;
- (E) Não importa qual fosse o livro que eu estivesse lendo, adquiri o hábito de anotar por escrito sentenças isoladas ou passagens curtas que me parecessem dignas de atenção / passagens curtas.

18

Um funcionário de uma empresa escreve para seu chefe:

“Chefe: para mim, folgar na segunda ou na quarta é indiferente, mas prefiro segunda a quarta, pois minha mulher também folga nesse dia e, assim, poderíamos curtir junto o descanso”.

O chefe respondeu: “Tudo bem, mas preste mais atenção à Língua Portuguesa!”

O chefe, certamente, se refere ao seguinte erro, cometido pelo funcionário:

- (A) “para mim” em lugar de “para eu”;
- (B) “segunda a quarta” em lugar de “segunda do que quarta”;
- (C) “segunda a quarta” em lugar de “segunda à quarta”;
- (D) “nesse dia” em lugar de “naquele dia”;
- (E) “curtir junto” em lugar de “curtir juntos”.

19

As funções de linguagem fazem parte do conteúdo desta prova; a frase abaixo que documenta a função de linguagem denominada conativa, ou seja, a que pretende influenciar o receptor, é:

- (A) Eu sempre quis ser igualzinha à Barbie. É por isso que clareio o cabelo até ficar branco;
- (B) Gosto de meus braços musculosos, aspecto atlético e cintura fina. Detesto é a camada de gordura que cobre tudo isso;
- (C) O mundo abre passagem ao homem que sabe para onde está indo;
- (D) A rosa vive uma hora e o espinheiro, cem anos;
- (E) Quando ouvir falar bem de um amigo, conte isso a ele.

20

De cada uma das frases abaixo podem-se retirar informações implícitas ou pressupostas; a opção em que a informação implícita está adequadamente referida, é:

- (A) O mordomo fechou a janela da sala / na sala havia mais de uma janela e uma delas estava aberta;
- (B) Os cinco filhos de Vicente estão de férias; três dos meninos foram para o Rio de Janeiro / os outros dois filhos são meninas;
- (C) Os novos vizinhos vêm jantar amanhã em nossa casa / os novos vizinhos são amigos de longa data;
- (D) O automóvel que estava mal estacionado foi retirado da porta da minha casa / o automóvel não pertence ao enunciatador da frase;
- (E) Como professor há muitos anos, já ensinei coisas importantes a meus alunos / os alunos não deram a devida atenção ao que lhes foi ensinado.

21

Observe o pequeno texto narrativo a seguir.

Era uma vez um rei que tinha muito mau-caráter. Passava o seu tempo em guerras e com derrotas nas batalhas. A cada batalha perdida, ele perdia uma parte de seu reino. No fim, não lhe restava nada além de um castelo arruinado com uma torre de madeira, pois a torre de pedra havia desmoronado. A partir desse momento, o monarca passou a preocupar-se com seu futuro.

Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

- (A) o fato final da narrativa é a perda de parte do reino pelo monarca;
- (B) a característica guerreira do rei nada tem a ver com as ações narradas;
- (C) as transformações referidas no texto estão ligadas às batalhas perdidas pelo rei;
- (D) o fato gerador de toda a narrativa era o fato de o rei ser um mau-caráter;
- (E) a circunstância de o castelo passar a ter uma torre de madeira mostra uma modificação positiva.

22

Observe o texto narrativo a seguir.

“São duas e meia da manhã. Cada vez que eu tento levantar-me, minha cabeça parece girar e tenho que apoiar-me na parede para não cair. Não sei exatamente o que está acontecendo, se este desconforto é fruto de bebida ou de remédios exagerados. Tento deitar de novo e procuro ficar imóvel para ver se o incômodo vai embora. Vamos ver...”

A afirmativa adequada a esse fragmento de narração é:

- (A) como na maioria dos textos narrativos, este também se utiliza prioritariamente do pretérito perfeito do indicativo;
- (B) o texto exemplifica uma narrativa simultânea, em que o narrador relata os fatos no momento em que ocorrem;
- (C) a narrativa mostra um momento íntimo, procurando inquietar o leitor sobre o estado psíquico do personagem;
- (D) o texto narrativo acima é direto, sem qualquer interrupção dos fatos narrados;
- (E) o texto mostra, como num diário, as impressões e observações do narrador sobre pequenos e grandes acontecimentos de sua vida diária.

23

Um texto anônimo encontrado em um pequeno jornal de um bairro registrava:

“Chamo-me Pedro Álvares Cabral. Quero dizer que acabo de descobrir uma terra que parece muito grande, habitada por gente estranha, que vive em completa inocência, pois não escondem seus corpos, como nós. Não sei o que acontecerá a este lugar no futuro, principalmente me preocupa o fato de virem descobrir muitas riquezas nele, mas espero que Deus o proteja dos homens. Daqui a alguns dias voltarei para Lisboa e darei as boas-novas ao rei. Vou registrar diariamente os acontecimentos mais notáveis dessa descoberta”.

Sobre a estrutura desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) neste caso, o narrador e o autor são a mesma pessoa;
- (B) o foco principal da narrativa está na apresentação das diferenças entre os índios e os europeus;
- (C) o narrador deste pequeno texto mostra uma visão nostálgica de um passado já distante;
- (D) as características da linguagem empregada no texto tentam indicar que se trata de um momento já distante no tempo;
- (E) o texto projeta uma visão futura positiva para o Brasil.

24

Observe o texto jornalístico a seguir.

“Com informações do enviado especial em Tchassiv Yar, Vincent Souriau

Neste domingo, o presidente ucraniano saudou a bravura de seus homens. ‘Gostaria de prestar uma homenagem especial à bravura, força e resiliência dos soldados que lutam no Donbass’, disse Zelensky em seu comunicado diário.

As tropas russas continuam tentando cercar a cidade simbólica de Bakhmout, o epicentro da guerra no leste da Ucrânia, informou o Exército ucraniano neste domingo, garantindo ter repellido novos ataques. No seu relatório diário, o Estado-Maior ucraniano afirma que ‘mais de 130 ataques inimigos’ foram repellidos nas últimas 24 horas, em vários setores do front, como Kupyansk, Lyman, Bakhmout e Avdiivka. ‘O inimigo continua suas tentativas de cercar a cidade de Bakhmout’, diz o relato, sem maiores detalhes.” (RFI)

Cada uma das opções abaixo mostra uma característica da linguagem jornalística, acompanhada de um exemplo retirado do texto. A opção em que o exemplo citado é adequado à característica indicada é:

- (A) evitar frases muito longas por meio de pontuação ou do emprego de conectores: “As tropas russas continuam tentando cercar a cidade simbólica de Bakhmout, o epicentro da guerra no leste da Ucrânia, informou o Exército ucraniano neste domingo, garantindo ter repellido novos ataques”;
- (B) separar frases por meio de ponto: “Neste domingo, o presidente ucraniano saudou a bravura de seus homens. ‘Gostaria de prestar uma homenagem especial à bravura, força e resiliência dos soldados que lutam no Donbass’, disse Zelensky em seu comunicado diário”;
- (C) supressão do emprego de pronomes relativos: “Gostaria de prestar uma homenagem especial à bravura, força e resiliência dos soldados que lutam no Donbass”;
- (D) supressão de orações subordinadas ou reduzidas: “As tropas russas continuam tentando cercar a cidade simbólica de Bakhmout, o epicentro da guerra no leste da Ucrânia, informou o Exército ucraniano neste domingo, garantindo ter repellido novos ataques”;
- (E) utilização da ordem direta na construção das frases: “...informou o Exército ucraniano neste domingo, garantindo ter repellido novos ataques”.

25

Em todas as frases abaixo há o emprego de termos vagos, pouco precisos, desaconselháveis em textos jornalísticos. O verbo “fazer” é empregado em lugar de muitos outros verbos de significado mais preciso, tornando a expressão menos clara; a frase em que esse verbo é empregado em seu sentido próprio, é:

- (A) Os bombeiros fizeram o seu dever;
- (B) Os pais fizeram o papel de seguranças dos filhos;
- (C) Os advogados do caso fizeram um enorme relatório;
- (D) Os protestos fizeram imensos engarrafamentos;
- (E) Os carpinteiros fizeram um banco de madeira.

26

A repetição de palavras é um problema bastante combatido pelos professores de redação; a frase abaixo em que, para evitar a repetição do termo sublinhado, foi empregado um processo diferente do das demais frases é:

- (A) Cabra chegou ao Brasil em abril de 1500 e logo o descobridor de nosso país se deu conta da importância da descoberta;
- (B) A explosão despertou os moradores que ficaram bastante impressionados pelo estrondo;
- (C) O barco era muito pequeno e, segundo os passageiros, a embarcação não tinha como resistir à tempestade;
- (D) O conflito entre os dois países deve ser evitado, pois a guerra é prejudicial mesmo para quem a vence;
- (E) Os ex-ministros reagiram às acusações do juiz, assim como as demais autoridades.

27

Em todas as opções abaixo há perguntas diretas, que foram transformadas em perguntas indiretas.

A opção em que essa modificação foi feita de forma adequada, é:

- (A) Por que o autor empregou esse pronome? / Queria saber como esse pronome foi empregado pelo autor;
- (B) Que consequências o barulho pode trazer à nossa audição? / Você pode me dizer o porquê de o barulho trazer consequências à nossa audição;
- (C) Como você compreende a afirmação do autor? / Diga o modo como você compreende essa afirmação do autor;
- (D) Qual o maior interesse desse livro? / Desejava saber a finalidade da publicação desse livro;
- (E) Quem produz os melhores vinhos do mundo? / Gostaria de saber qual o método de produção dos melhores vinhos do mundo.

28

Leia com atenção o texto descritivo a seguir.

“Os livros do escritório eram, em sua grande maioria, dicionários, com lombadas de couro em cores diversas; todos eram muito grossos e, certamente, com muitos verbetes e, segundo o proprietário, muito valiosos por suas abonações.”

A afirmação adequada sobre a estruturação descritiva desse pequeno texto é que seu autor:

- (A) tem a finalidade de despertar a curiosidade do leitor;
- (B) indica, sobretudo, qualificações dos objetos;
- (C) procura mostrar precisão absoluta nos dados fornecidos;
- (D) caracteriza os objetos da descrição com opiniões próprias;
- (E) mostra uma visão de especialista sobre a realidade descrita.

29

Abaixo aparecem cinco slogans publicitários; o slogan que apela a uma estratégia diferente da dos demais casos, é:

- (A) Um pouco de *Veja* e muito de limpeza;
- (B) São os pequenos detalhes que fazem as grandes marcas;
- (C) Após a escuridão vem a claridade com *Eveready*;
- (D) Não faça economia: compre um BMW;
- (E) Príncipe veste hoje o homem de amanhã.

30

Talvez a figura de linguagem mais conhecida de todos os leitores seja a metáfora ou comparação; a opção abaixo em que a comparação realizada é acompanhada de sua explicação, é:

- (A) A página aberta da vida é bela; porém mais bela é a página ainda fechada;
- (B) Não sei como é a alma de um criminoso, mas a alma do homem honesto, do homem bom, é um inferno;
- (C) A protelação é como um cartão de crédito: é muito divertido até você receber a conta;
- (D) País que desvaloriza o dólar é como se roubasse a casa do vizinho;
- (E) A burocracia é a reação à falta de paixão.

Noções de Informática

31

Observe a seguinte discussão entre os técnicos de informática da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

- Pedro: Recebi o pedido de um procurador para compartilhar a impressora da rede local instalada na intranet para ele acessar de casa via internet.
- Luiza: Fácil, acesse a internet e baixe um programa de compartilhamento de impressoras na internet.
- Julio: A intranet só pode ser acessada internamente, não há comunicação externa.
- João: Podemos acessar a internet de dentro da intranet e compartilhar uma impressora com o procurador.
- Marta: Podemos compartilhar uma impressora direto na internet.
- Luiz: Só é possível acessar a impressora interna se o firewall estiver configurado.

Na discussão, o técnico que está correto é:

- (A) Luiza, pois a instalação de programas de compartilhamento de impressoras na internet é fácil;
- (B) Julio, pois os recursos computacionais da intranet são de acesso restrito;
- (C) João, pois o acesso ao compartilhamento inverso é permitido;
- (D) Marta, pois o compartilhamento de impressoras na internet é possível;
- (E) Luiz, pois o firewall impede o acesso às impressoras da intranet via internet.

32

Ao final de um treinamento para uso do Sistema Operacional Windows, um aluno perguntou para o técnico de informática João:

– Como faço para desligar o meu computador?

João respondeu:

- No Windows, selecione a opção “Desligar” disponível por meio do acesso:
 - (A) ao Explorador;
 - (B) ao Menu Iniciar;
 - (C) às Configurações;
 - (D) à Acessibilidade;
 - (E) ao Painel de Controle.

33

No seu trabalho, Maria recebeu um computador novo com o sistema operacional Microsoft Windows instalado. Para navegar pela internet em seu novo computador, Maria deve usar o browser desenvolvido pela Microsoft:

- (A) Edge;
- (B) Safari;
- (C) FireFox;
- (D) Mozilla;
- (E) Chrome.

34

No Microsoft Windows, uma das formas para saber o endereço IP do computador é digitar `ipconfig` no prompt de comando.

Para isso, deve-se acessar:

- (A) Opções Avançadas;
- (B) Windows Terminal;
- (C) Modo de Segurança;
- (D) Explorador de Arquivos;
- (E) Central de Rede e Compartilhamento.

35

Observe o seguinte programa elaborado na linguagem Java.

```
public class Main {
    public static void main(String[] args) {
        int i = 0;
        while (i < 3) {
            i++;
        }
        System.out.println(i *= 3);
    }
}
```

O resultado da execução do programa é:

- (A) 6
- (B) 7
- (C) 8
- (D) 9
- (E) 10

36

Os códigos maliciosos, ou pragas virtuais, são programas que executam ações danosas e maliciosas em computadores, sendo necessário conhecê-los para combatê-los por meio de aplicativos de segurança adequados.

O programa que se propaga automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos programas instalados e enviando cópias de si mesmo de computador para computador, é o:

- (A) Worm;
- (B) Spyware;
- (C) Backdoor;
- (D) Ransomware;
- (E) Cavalo de Troia.

37

Julia usa senhas fortes em suas contas digitais mas quer elevar o seu nível de segurança. Para isso, consultou o técnico de informática Matheus que a orientou a adicionar uma segunda camada de proteção no acesso às suas contas. Assim, mesmo que o atacante descubra sua senha, ele precisará de outras informações para invadir sua conta.

Matheus completou dizendo: "Escolha o método que considerar mais prático e seguro, como:

- usar um aplicativo de celular para gerar códigos de verificação; ou
- receber códigos por mensagem de texto ou voz."

A proteção sugerida por Matheus é o(a):

- (A) Antispam;
- (B) Firewall pessoal;
- (C) Certificado digital;
- (D) Gerenciador de senha;
- (E) Verificação em duas etapas.

38

Para fazer uma reunião remota com os técnicos de informática, o gerente de TI usou o aplicativo de videoconferência:

- (A) Zoom;
- (B) Dropbox;
- (C) Google Drive;
- (D) VLC Media Player;
- (E) Área de Trabalho Remota.

39

Luiza está editando um documento no Microsoft Word com vários capítulos, seções e subseções além de figuras e tabelas que devem ter diferentes formatações de texto.

Para aplicar rapidamente um conjunto de opções de formatação consistentemente em todo o documento, Luiza deve usar:

- (A) Estilo;
- (B) Layout;
- (C) Marca d'água;
- (D) Copiar formatação;
- (E) Formatação condicional.

40

No Microsoft Excel, a soma dos valores contidos no intervalo de células B2 a B4 da planilha denominada `Vendas` é realizada por meio da fórmula:

- (A) `B2+B4!Vendas`
- (B) `=SOMA(Vendas.B2+vendas.B4)`
- (C) `=SOMA(Vendas!B2:B4)`
- (D) `=Vendas!(B2+B4)`
- (E) `=Vendas!B2+Vendas!B4`

Legislação Específica

41

Ao ver de determinados setores da sociedade civil organizada, a Lei Orgânica do Município de Niterói demandava atualização.

Ao consultarem um advogado a respeito da possibilidade, ou não, dessa reforma ser realizada, foi-lhes corretamente informado que:

- (A) a reforma é expressamente vedada pela Lei Orgânica do Município de Niterói;
- (B) a emenda à Lei Orgânica será aprovada em processo legislativo do qual nem sempre participará o prefeito municipal;
- (C) a Lei Orgânica do Município de Niterói é objeto de revisão regular, a cada cinco anos, deflagrada de ofício pela Câmara Municipal;
- (D) a proposta de emenda à Lei Orgânica pode ser apresentada por qualquer vereador, sendo o processo legislativo concluído com a sanção do prefeito municipal;
- (E) a proposta de emenda à Lei Orgânica pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, ou pelo prefeito municipal, sendo o processo legislativo concluído com a sanção do prefeito municipal.

42

Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo no Município de Niterói, informou a uma colega que a Lei nº 3.048/2013, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito do referido Município, deve ser aplicada tanto aos órgãos como às entidades municipais.

Instada pela colega a esclarecer a distinção entre as duas figuras indicadas, Maria informou, corretamente, que:

- (A) as entidades se materializam nos Poderes Executivo e Legislativo, e os órgãos integram a administração indireta;
- (B) os órgãos possuem poder de decisão, enquanto as entidades apenas congregam os órgãos, que as representam;
- (C) enquanto os órgãos integram apenas a administração direta, as entidades integram a administração indireta;
- (D) as entidades são integradas por autoridades, enquanto os órgãos são integrados por servidores;
- (E) as entidades possuem personalidade jurídica, os órgãos não.

43

João, há vinte anos servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo junto à administração pública direta do Município de Niterói, necessitava viajar para o exterior por alguns meses, para tratar de questões patrimoniais de interesse de sua família. Por tal razão, almejava requerer uma licença.

À luz da Lei municipal nº 531/1985, é correto afirmar que:

- (A) é vedado o deferimento de licença que não tenha por objetivo o atendimento do interesse público;
- (B) João poderá fruir licença especial por até três meses, com a manutenção do vencimento e demais vantagens do cargo efetivo;
- (C) João tem o direito subjetivo de ter deferida a licença almejada, com vencimentos integrais, por até dois anos consecutivos;
- (D) João tem o direito subjetivo à fruição de um ano de licença para cada dez anos de efetivo exercício funcional, sem vencimentos e vantagens;
- (E) o deferimento da licença, sem vencimentos e vantagens, e por prazo não superior a quatro anos consecutivos, não será concedido quando inconveniente para o serviço.

44

Pedro, servidor do Município de Niterói, foi instado por seu superior hierárquico a organizar determinados projetos urbanos conforme a macrozona a que se referiam.

Após realizar as pesquisas necessárias, João concluiu, corretamente, que a orientação recebida exigia que a referida organização fosse dividida em:

- (A) duas macrozonas, a de Estruturação e Qualificação do Ambiente Urbano, e a de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural;
- (B) três macrozonas, a de Estruturação e Qualificação do Ambiente Urbano, a de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural, e a do Ambiente Costeiro e Marinho;
- (C) quatro macrozonas, a de Organicidade e Equipamentos Urbanos, a de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural, a do Ambiente Costeiro e Marinho, e a da Qualidade do Ar e Uso do Espaço Aéreo;
- (D) cinco macrozonas, a de Estruturação e Qualificação do Ambiente Urbano, a de Organicidade e Equipamentos Urbanos, a de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural, a do Ambiente Costeiro e Marinho, e a da Qualidade do Ar e Uso do Espaço Aéreo;
- (E) seis macrozonas, a de Estruturação e Qualificação do Ambiente Urbano, a de Organicidade e Equipamentos Urbanos, a de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural, a do Meio Ambiente Renovável, a das Reservas Naturais Economicamente Exploráveis, e a da Qualidade do Ar e Uso do Espaço Aéreo.

45

Maria, servidora lotada em determinada repartição tributária do Município de Niterói, foi incumbida por seu superior hierárquico de realizar a comunicação de certo ato praticado no âmbito do processo administrativo tributário.

Foi corretamente informado a Maria que essa comunicação:

- (A) pode ser feita por envio para o domicílio tributário eletrônico do sujeito passivo;
- (B) pode ser opcionalmente feita por edital, a ser publicado em jornal de grande circulação;
- (C) somente pode ser pessoal, com a assinatura de recebimento do sujeito passivo ou do seu mandatário ou preposto;
- (D) deve ser sempre feita por publicação no diário oficial, com indicação do nome e da inscrição do respectivo advogado;
- (E) deve ser sempre feita por via postal, com aviso de recebimento, e, se o sujeito passivo não for localizado, por edital.

46

Pedro, morador do Município de Niterói, pretendia adquirir um cão, mas tinha dúvidas se, de acordo com o Código de Posturas veiculada pela Lei municipal nº 2.624/2008, poderia frequentar determinados lugares acompanhado do animal.

Ao fim de suas pesquisas, Pedro concluiu, corretamente, que:

- (A) ressalvados os cães adestrados para a condução de pessoas com deficiência pessoal, esses animais não podem permanecer em locais fechados, como repartições públicas, mas apenas em locais abertos, como praias;
- (B) cães mordedores bravios podem transitar em locais de livre acesso ao público, desde que estejam devidamente contidos por coleiras, guias e focinheira;
- (C) somente os cães adestrados, tendo total obediência ao seu condutor, podem transitar pelos logradouros públicos e ingressar nas repartições públicas;
- (D) cães podem transitar pelos logradouros públicos, ainda que não estejam contidos por coleiras e guias, desde que não sejam mordedores bravios;
- (E) é vedado o trânsito de cães, em qualquer hipótese, em cinemas, teatros, repartições públicas, piscinas e praias.

47

Maria, ambientalista com destacada atuação no Município de Niterói, solicitou que Ana, colaboradora voluntária e de caráter temporário, realizasse uma análise detida de alguns fatores relacionados à denominada "Zona de Amortecimento (ZA)".

Ao se inteirar sobre o sentido da referida expressão, Ana concluiu, corretamente, que ela se refere:

- (A) à área que, pelas condições geológicas, paisagísticas e topográficas, exige parâmetros especiais para a ocupação urbana;
- (B) ao entorno de uma atividade de conservação, no qual as atividades humanas devem observar normas e restrições específicas;
- (C) à unidade ambiental sob regulamento de diversas categorias de manejo e que possui objetivos e parâmetros definidos por lei própria;
- (D) à área pública ou particular, sujeita a parâmetros restritivos de uso e ocupação do solo estabelecidos por lei, com vistas à manutenção dos ecossistemas naturais;
- (E) à área de domínio público ou particular, considerada de preservação permanente, onde não são permitidas quaisquer atividades que importem na alteração do meio ambiente.

48

João, domiciliado no Município de Niterói, desenvolvia atividade econômica no território niteroiense. Como era muito cioso de suas obrigações, compareceu a uma repartição do Município e perguntou se seria devida alguma taxa em razão da fiscalização pelo órgão municipal competente.

Foi corretamente informado a João que:

- (A) por se tratar de exercício de atividade econômica, não é devida nenhuma taxa;
- (B) é devida a taxa de licença para instalação e funcionamento;
- (C) é devido o imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- (D) é devida a taxa de atividade regulatória do Município;
- (E) é devida a taxa de expediente fiscalizatório.

49

João, contribuinte do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana no Município de Niterói, estava em débito desse tributo em três exercícios financeiros, com a correlata inscrição em dívida ativa, o que decorria da brusca queda de sua renda em razão de uma patologia que o acometeu.

Com o objetivo de pagar o seu débito, procurou a repartição competente e questionou o servidor que o atendeu a respeito da possibilidade de ser celebrada uma transação com o Município.

O servidor respondeu, corretamente, que:

- (A) somente é admitida a celebração da transação em relação aos créditos de natureza não tributária;
- (B) a transação somente pode ser celebrada e homologada em juízo, devendo seguir as cláusulas ali definidas;
- (C) a transação pode vir a ser celebrada, sendo normalmente concedido o parcelamento do crédito negociado;
- (D) é vedada a celebração de transação em relação aos créditos do Município, o que decorre da indisponibilidade do interesse;
- (E) é assegurado a João o direito à celebração da transação, ocasião em que será concedido desconto para o pagamento imediato do débito.

50

Em razão da declaração de desnecessidade do cargo de provimento efetivo que ocupava no âmbito do Poder Executivo do Município de Niterói, Maria foi posta em disponibilidade. Após alguns meses, foi comunicada da existência de cargo vago, de natureza e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado, o que acarretaria o seu retorno ao serviço ativo.

Considerando os termos dessa narrativa, ocorreu, em relação a Maria:

- (A) o acesso;
- (B) a reversão;
- (C) a reintegração;
- (D) a readaptação;
- (E) o aproveitamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

Sabe-se que a sentença “Se o sapato é marrom, então a calça é bege ou a camisa é azul” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) o sapato não é marrom, a calça não é bege, a camisa não é azul;
 (B) o sapato não é marrom, a calça é bege, a camisa é azul;
 (C) o sapato não é marrom, a calça não é bege, a camisa é azul;
 (D) o sapato é marrom, a calça é bege, a camisa é azul;
 (E) o sapato é marrom, a calça não é bege, a camisa não é azul.

52

Considere a sentença: “Se o chapéu é branco, então o sapato é bicolor”.

A negação lógica da sentença dada é:

- (A) se o chapéu é branco, então o sapato não é bicolor;
 (B) se o chapéu não é branco, então o sapato é bicolor;
 (C) se o sapato não é bicolor, então o chapéu não é branco;
 (D) o chapéu não é branco ou o sapato é bicolor;
 (E) o chapéu é branco e o sapato não é bicolor.

53

Considere os números reais $p = \sqrt{3}$, $q = -3$ e $r = \frac{9}{5}$.

O maior número inteiro que é menor do que $p + q - r$ é:

- (A) -5;
 (B) -4;
 (C) -3;
 (D) -2;
 (E) -1.

54

Considere o conjunto A de todos os números inteiros positivos menores do que 2023. Seja B o conjunto dos elementos de A que são divisíveis por 3 ou por 5.

O número de elementos do conjunto $A - B$ é:

- (A) 1078;
 (B) 1036;
 (C) 944;
 (D) 912;
 (E) 900.

55

Em uma urna, há 20 bolas, algumas verdes e as demais azuis. Sabe-se que, ao retirarmos uma bola aleatoriamente da urna, a probabilidade de que ela seja azul é 40%.

Retirando-se, ao acaso, duas bolas em sequência da urna original, a probabilidade de que as duas bolas retiradas sejam verdes é:

- (A) $\frac{9}{25}$;
 (B) $\frac{27}{75}$;
 (C) $\frac{33}{95}$;
 (D) $\frac{52}{105}$;
 (E) $\frac{58}{115}$.

56

Certo número de caixas, iguais, devem ser transportadas de um depósito para outro. Em um dia, 84 caixas foram transportadas, o que corresponde a 60% do número total de caixas do depósito. No dia seguinte, as caixas restantes foram transportadas.

O número de caixas transportadas no dia seguinte foi:

- (A) 52;
 (B) 56;
 (C) 58;
 (D) 60;
 (E) 62.

57

Uma empresa foi contratada para pintar uma superfície de 600 m² na parte externa de um edifício. A tinta escolhida consegue, com 1 litro, cobrir 20 m² de superfície. Essa tinta é vendida em galões de 3,6 litros.

O número mínimo de galões de tinta que devem ser comprados para realizar a pintura é:

- (A) 7;
 (B) 8;
 (C) 9;
 (D) 10;
 (E) 11.

58

Seis carros participaram de uma corrida e a ordem de largada foi: A, B, C, D, E, F.

Durante a corrida, os eventos a seguir ocorreram em sequência:

- O 3º fez uma ultrapassagem.
- O último fez duas ultrapassagens.
- O penúltimo fez três ultrapassagens.
- O 3º fez duas ultrapassagens.

Nada mais aconteceu e a corrida terminou.

É correto afirmar que:

- (A) F terminou em 4º lugar;
 (B) A terminou em 1º lugar;
 (C) C terminou em 2º lugar;
 (D) D terminou em 3º lugar;
 (E) E terminou em 5º lugar.

59

No dia 1º de maio de certo ano do passado, Roberto reparou que sua idade era o triplo da soma das idades de seus dois filhos que, na época, tinham 6 e 8 anos. No dia 1º de maio de 2023, Roberto reparou que sua idade era apenas 1 ano a menos que o dobro da soma das idades dos filhos.

No dia 1º de maio de 2023, a idade do filho mais velho de Roberto, em anos, era:

- (A) 12;
 (B) 13;
 (C) 14;
 (D) 15;
 (E) 16.

60

A abordagem dos sistemas abertos representa um importante marco na evolução do pensamento no campo da Administração. Um sistema aberto está em contínua interação com o ambiente em que se insere e apresenta um conjunto de características que lhe são próprias. Em um dos modelos conceituais mais conhecidos sobre a abordagem dos sistemas abertos, Katz e Kahn propõem que uma das características das organizações como sistemas abertos é que não existe uma única maneira de a organização atingir um estado estável.

Essa característica é conhecida como:

- (A) diferenciação;
- (B) equifinalidade;
- (C) homeostase dinâmica;
- (D) entropia negativa;
- (E) entropia positiva.

61

Em certa organização, um gerente recebeu os resultados de sua avaliação de desempenho. Ele recebeu pontuação máxima no que se refere a “comunicar ao mercado os resultados, políticas e iniciativas organizacionais” e a “desenvolver uma rede de relações externas que favoreça o intercâmbio de informações”.

Os resultados da avaliação mostram que o gerente recebeu pontuação máxima no desempenho dos seguintes papéis do administrador, respectivamente:

- (A) disseminador; monitor;
- (B) ligação; disseminador;
- (C) porta-voz; monitor;
- (D) disseminador; porta-voz;
- (E) porta-voz; ligação.

62

Em certa organização, uma equipe é composta por profissionais experientes e muito capacitados. No entanto, o grupo apresenta baixa motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, o líder avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão “3”.

Considerando que a avaliação do líder esteja correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança seria:

- (A) orientado para a tarefa;
- (B) delegador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) diretivo.

63

Um gerente está elaborando uma apresentação para a diretoria da organização em que trabalha, sobre o andamento de um importante projeto sob sua responsabilidade. A maior parte dos resultados está abaixo dos objetivos estipulados, e o gerente sabe que esse desempenho não agradará aos diretores. O gerente quer “evitar problemas”, porque acredita que os objetivos serão alcançados “mais à frente”. Assim, decide apresentar apenas os poucos resultados positivos obtidos, “para mostrar um quadro mais favorável do projeto”, evitando evidenciar o fraco desempenho de sua equipe.

A situação ilustra um tipo de barreira à comunicação conhecida como:

- (A) percepção seletiva;
- (B) ancoragem e ajustamento;
- (C) sobrecarga seletiva;
- (D) filtragem;
- (E) manipulação do consenso.

64

Certa organização que opera apenas na região Sudeste do país está se expandindo e vai inaugurar uma unidade na região Sul em 2024. Tendo em vista a nova situação, a direção está em dúvida sobre qual critério de departamentalização deverá adotar: manter a atual departamentalização por produto ou adotar departamentalização geográfica.

Uma vantagem da departamentalização por produto e uma vantagem da departamentalização geográfica são, respectivamente:

- (A) eliminar a redundância de funções; garantir autonomia decisória às diversas unidades da organização;
- (B) favorecer a redução de custos; favorecer a inovação em serviços;
- (C) favorecer a inovação em produtos; facilitar a adaptação às necessidades e condições regionais;
- (D) garantir vantagens econômicas derivadas da plena utilização da tecnologia do processo produtivo; facilitar a avaliação do desempenho dos produtos em cada região;
- (E) favorecer a centralização; favorecer o crescimento da organização.

65

O desenho adequado da estrutura organizacional deve considerar um conjunto de fatores contingenciais que a influenciam, tais como ambiente, tecnologia de produção, estratégia e tamanho da organização.

Sobre a relação entre fatores condicionantes da estrutura e os modelos estruturais mecanicistas e orgânicos, é correto afirmar que:

- (A) estruturas orgânicas são mais adequadas a ambientes simples e estáveis;
- (B) estruturas mecanicistas são mais adequadas à produção por unidade;
- (C) estruturas orgânicas são mais adequadas a estratégias voltadas para a inovação;
- (D) estruturas mecanicistas são mais adequadas a empresas de pequeno porte que adotam produção por processo;
- (E) estruturas orgânicas são mais adequadas à produção em massa.

66

A função planejamento é exercida pelos administradores nos diversos níveis organizacionais.

Sobre o planejamento no nível tático, é correto afirmar que:

- (A) foca em unidades ou departamentos da organização;
- (B) tem orientação de longo prazo;
- (C) foca na organização como um todo;
- (D) define procedimentos relacionados a tarefas específicas;
- (E) tem forte orientação ao ambiente externo.

67

A gestão pela qualidade total (*Total Quality Management – TQM*) é uma abordagem sobre a qualidade que vai além do foco específico no produto e envolve várias dimensões relativas às operações em uma organização. A TQM se articula sobre princípios propostos por pensadores tais como Deming e Juran.

Um dos princípios da gestão para a qualidade total propostos por Deming é:

- (A) estabelecer orçamentos com base no preço mais baixo no mercado;
- (B) remover as barreiras funcionais entre os departamentos;
- (C) focar os esforços pela qualidade na inspeção dos produtos finais;
- (D) reconhecer que o papel da alta liderança é de apoio, mas não de adesão aos princípios da qualidade total;
- (E) reforçar a supervisão intensa sobre o processo produtivo, para garantir metas que estabeleçam nível zero de erros.

68

Uma organização compra cartuchos de tinta de impressora de um fornecedor por R\$ 70,00 a unidade. O consumo anual dos cartuchos é de 200 unidades. O custo para fazer o pedido ao fornecedor é de R\$ 12,00 e o custo de posse do estoque é de R\$ 3,00 por unidade ao ano.

Nessas condições, com base no lote econômico de compra, o tempo entre os pedidos será de:

- (A) 0,2 ano;
- (B) 0,3 ano;
- (C) 0,4 ano;
- (D) 0,5 ano;
- (E) 1 ano.

69

A tabela abaixo apresenta as etapas de um pequeno projeto com 7 atividades, suas durações estimadas e as respectivas atividades precedentes.

Atividade	Tempo (dias)	Atividade precedente
A	2	-
B	1	A
C	5	B
D	3	B
E	4	D
F	5	C
G	5	E; F

Considerando a rede PERT desse projeto, é correto afirmar que:

- (A) o caminho crítico é formado pelas atividades C, D, E, F e G;
- (B) a duração do caminho crítico é de 12 dias;
- (C) a duração do caminho crítico é de 15 dias;
- (D) a folga livre do caminho crítico é de 2 dias;
- (E) a atividade D não faz parte do caminho crítico.

70

Maria e Ana, estudantes de direito, questionaram o seu professor a respeito da possibilidade de uma pessoa que não tenha ingressado na carreira da magistratura, após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, vir a ocupar um lugar no Tribunal de Justiça de determinado Estado.

O professor respondeu, corretamente, que a situação alvitada por Maria e Ana:

- (A) não é possível, já que somente os juizes de Direito, após regular promoção, podem ascender ao Tribunal de Justiça;
- (B) é possível, pois 25% das vagas do Tribunal de Justiça devem ser escolhidas, por este colegiado, entre membros do Ministério Público e advogados;
- (C) não é possível, salvo se o Tribunal de Justiça solicitar ao Poder Executivo a nomeação de advogado de notório saber jurídico e reputação ilibada;
- (D) é possível, pois 20% das vagas do Tribunal de Justiça são reservadas a membros do Ministério Público e a advogados que preencham os requisitos exigidos;
- (E) é possível, pois os integrantes do Tribunal de Justiça são livremente escolhidos pelo Poder Executivo entre juizes de Direito, membros do Ministério Público e advogados.

71

Joana, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da correlação, na perspectiva da ordem constitucional brasileira, entre os conceitos de cidadania, nacionalidade e direitos políticos.

O professor respondeu, corretamente, que:

- (A) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira é cidadão;
- (B) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira tem direitos políticos;
- (C) o cidadão pode adquirir os direitos políticos com o alistamento eleitoral;
- (D) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira, quando nata, pode se tornar cidadão, o que é vedado ao naturalizado;
- (E) aquele que tem a nacionalidade brasileira pode se tornar cidadão, momento em que irá adquirir os direitos políticos.

72

Ana, servidora da Defensoria Pública do Estado Alfa, questionou sua colega a respeito das providências a serem adotadas para que o Poder Legislativo aprovasse a lei orçamentária anual, naquilo que se relacionava à Defensoria Pública.

A colega de Ana respondeu, corretamente, que a proposta orçamentária seria elaborada:

- (A) pela própria Defensoria Pública, que deve observar os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- (B) pelo Poder Executivo, no qual está inserida a Defensoria Pública, conforme as solicitações formuladas por esta estrutura orgânica;
- (C) pelo Poder Judiciário, no qual está inserida a Defensoria Pública, conforme as solicitações formuladas por esta estrutura orgânica;
- (D) pela própria Defensoria Pública, que deve observar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo para todas as estruturas autônomas de poder;
- (E) pelo Poder Executivo, no qual está inserida a Defensoria Pública, conforme as orientações estabelecidas pelo Poder Legislativo no plano plurianual.

73

A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, corretamente, que:

- (A) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida;
- (B) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos;
- (C) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida;
- (D) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida;
- (E) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

74

Ana, pessoa sem formação jurídica, realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender a funcionalidade dos direitos sociais no âmbito do Estado Democrático de Direito, mais especificamente em relação ao papel assumido pelo Estado.

Ao final de suas reflexões, concluiu que a funcionalidade desses direitos é a de:

- (A) assegurar a liberdade individual;
- (B) como regra, assegurar a fruição de determinadas prestações estatais;
- (C) restringir a esfera jurídica do indivíduo em prol dos interesses da sociedade;
- (D) atender aos anseios da coletividade, já que um direito dessa natureza jamais é fruído individualmente;
- (E) impedir que haja rupturas na democracia, de modo que a sociedade sempre possa deliberar sobre o seu futuro.

75

João, prefeito do Município Delta, fez inserir, nas placas governamentais que anunciavam a inauguração de obras públicas, uma foto sua, em grande destaque, acompanhada de justificativa para a sua opção de realizar o gasto público.

Ao constatar a existência dessas placas, um vereador do Município Delta consultou sua assessoria a respeito da observância dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, mais especificamente em relação à veiculação da foto de João.

A assessoria respondeu, corretamente, que a veiculação da referida foto é:

- (A) lícita, pois é a forma mais adequada para se individualizar a pessoa de João;
- (B) ilícita, pois é vedada a veiculação de publicidade de obras públicas já concluídas;
- (C) ilícita, pois é vedada a veiculação de nomes e imagens ao se realizar a publicidade de obras públicas, concluídas ou não;
- (D) lícita, desde que a respectiva obra faça parte da lista de projetos informada por João, à Justiça Eleitoral, quando ainda era candidato;
- (E) lícita, pois a ordem constitucional determina expressamente que a publicidade institucional seja acompanhada de nome, foto e símbolo do gestor.

76

Maria, há duas décadas, é servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa. Como o exercício da função lhe possibilitava grande realização pessoal, consultou a Diretoria de Recursos Humanos a respeito da existência de alguma regra que determinasse a sua aposentadoria, mesmo contra a sua vontade, embora gozasse de perfeita saúde física e mental.

A assessoria respondeu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) Maria se aposentará compulsoriamente caso o regime jurídico municipal não tenha estabelecido o denominado "sistema da vitaliciedade";
- (B) apenas os ocupantes de cargos em comissão são aposentados compulsoriamente, o que ocorre aos 65 anos de idade;
- (C) Maria se aposentará compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar;
- (D) Maria se aposentará compulsoriamente, com proventos proporcionais, ao completar 70 anos de idade;
- (E) Maria se aposentará compulsoriamente, com proventos integrais, ao completar 70 anos de idade.

77

Guilherme, servidor público estatutário no âmbito do Município de Niterói, ao conduzir um automóvel pertencente à municipalidade, no regular exercício de suas atribuições, acabou por colidir em um veículo de propriedade de Carlos, ensejando danos materiais no importe de dez mil reais. Após a realização de perícia no local do acidente, constatou-se que ambos os condutores atuaram de forma culposa e concorreram para o evento danoso.

Nesse cenário, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e o regramento constitucional e legal aplicável à espécie, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade civil do Estado, por condutas comissivas, tem natureza objetiva, sendo prescindível a demonstração do dolo ou da culpa do agente público. No caso delimitado, Carlos tem direito à indenização, no valor total dos danos materiais suportados (dez mil reais), considerando a adoção, pela ordem jurídica pátria, do princípio da reparação integral dos danos;
- (B) a responsabilidade civil do Estado, por condutas comissivas, tem natureza objetiva, sendo prescindível a demonstração do dolo ou da culpa do agente público. No caso delimitado, Carlos deverá propor a ação indenizatória em face do Município de Niterói e de Guilherme, em litisconsórcio passivo, em razão da teoria da dupla garantia;
- (C) a responsabilidade civil do Estado, por condutas comissivas, tem natureza objetiva, sendo prescindível a demonstração do dolo ou da culpa do agente público. No caso delimitado, porém, Carlos não tem direito à indenização, considerando que também atuou de forma culposa, conforme laudo pericial;
- (D) a responsabilidade civil do Estado, por condutas comissivas, tem natureza objetiva, sendo prescindível a demonstração do dolo ou da culpa do agente público. No caso delimitado, Carlos deverá propor a ação indenizatória em face, apenas, do Município de Niterói, em razão da teoria da dupla garantia;
- (E) a responsabilidade civil do Estado, por condutas comissivas, tem natureza subjetiva, sendo necessária a demonstração do dolo ou da culpa do agente público. No caso delimitado, Carlos deverá propor a ação indenizatória em face do Município de Niterói e de Guilherme, em litisconsórcio passivo, em razão da teoria da dupla garantia.

78

Ao estudar a Lei nº 14.133/2021, Prudêncio, procurador do Município Ipsilone, que tem mais de vinte mil habitantes, percebeu que o ente federativo deveria adotar algumas providências para atender às inovações resultantes da mencionada alteração legislativa, dentre as quais, é possível destacar que:

- (A) há necessidade de que o Município Ipsilone indique agente da contratação, dentre os servidores ocupantes de cargos efetivos ou exclusivamente em comissão, para tomar decisões e acompanhar o trâmite da licitação;
- (B) nas contratações realizadas pelo ente federativo, que não envolvam recursos repassados pela União, o valor previamente estimado da contratação não poderá mais utilizar sistemas de custos adotados pelo Município Ipsilone;
- (C) em decorrência da criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deixou de ser necessária a divulgação complementar das contratações do Município Ipsilone mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local, no ano de 2023;
- (D) o Município Ipsilone terá o prazo de seis anos para se adaptar à obrigatoriedade de realizar a licitação preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada;
- (E) o Município Ipsilone poderá aplicar regulamentos editados pela União para a execução dos comandos contidos na nova Lei de Licitações.

79

1º cenário: João, após três anos de estudo, é aprovado em um concurso público, tomando posse no cargo almejado. Durante seis meses, o servidor público praticou, diuturnamente, todos os atos atrelados ao feixe de atribuições definido em lei para a sua função. Nada obstante, a Administração Pública, após a observância do contraditório e da ampla defesa, verifica a ocorrência de vícios insanáveis no concurso público, dando azo à anulação deste, com os consectários daí decorrentes (anulação das nomeações e posses).

2º cenário: Guilherme, particular, especializado em mergulhos em alto-mar, em um dia de fortes chuvas no Município do Rio de Janeiro, visualiza duas senhoras ilhadas em um determinado local, na iminência de serem levadas pela correnteza gerada por força do alagamento das ruas. O particular, então, verificando que o Corpo de Bombeiros não estava presente, resolve ir ao local e logra êxito em salvar as mulheres.

Nesse contexto, considerando os cenários delimitados, é correto afirmar que:

- (A) João é considerado agente público de direito, mais especificamente servidor público estatutário, sendo certo que os atos por ele perpetrados, durante o exercício da função, são válidos. Guilherme é considerado um particular em colaboração com o Estado, fazendo jus à prestação pecuniária pela atividade exercida em favor do Município, substituindo-se ao Corpo de Bombeiros;
- (B) João é considerado agente público de direito, mais especificamente servidor público estatutário, sendo certo que os atos por ele perpetrados, durante o exercício da função, devem ser convalidados, em homenagem à teoria da aparência. Guilherme é considerado agente público de fato necessário, sem que se aplique, contudo, a teoria da aparência;
- (C) João é considerado agente público de fato putativo, sendo certo que os atos por ele perpetrados, durante o exercício da função, devem ser convalidados, em homenagem à teoria da aparência. Guilherme é considerado agente público de fato necessário, sem que se aplique, contudo, a teoria da aparência;
- (D) João é considerado agente público de fato putativo, sendo certo que os atos por ele perpetrados, durante o exercício da função, devem ser anulados, em razão da invalidação do concurso público. Guilherme é considerado agente público de fato necessário, sem que se aplique, contudo, a teoria da aparência;
- (E) João é considerado agente público de direito, mais especificamente servidor público estatutário, sendo certo que os atos por ele perpetrados, durante o exercício da função, são inválidos, em razão da anulação do concurso público. Guilherme é considerado um particular em colaboração com o Estado.

80

João estacionou o seu veículo em uma via pública, no Município de Niterói, acreditando que poderia fazê-lo. Ao retornar de seu compromisso, verificou que havia sido multado. Consultando a legislação, o indivíduo percebeu que a multa, no caso, daria azo à incidência de sanção pecuniária e à perda de pontos em sua licença para dirigir veículo automotor, na categoria B, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal. João, no caso, entende que poderia estacionar no local.

Nesse cenário, é correto afirmar que caberá ao:

- (A) particular João demonstrar a existência de algum vício formal no ato administrativo sancionatório, não podendo discutir o conteúdo deste, em razão da presunção absoluta de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (B) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (C) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (D) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si só, excluir o valor correspondente à multa do patrimônio de João, por força da autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (E) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si só, excluir o valor correspondente à multa do patrimônio de João, por força da autoexecutoriedade dos atos administrativos.

81

Em um determinado dia, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro recebeu uma ligação, buscando socorro por parte de João, o qual afirmou que estava em seu domicílio durante período de fortes chuvas na cidade. O particular aduziu que a água estava subindo em seu imóvel e postulou ajuda das autoridades competentes.

Os agentes públicos encaminharam-se ao local e, verificando o estrago existente, perceberam que a única entrada segura se daria por intermédio do imóvel vizinho. Os bombeiros tocaram a campainha e ninguém respondeu. Diante da situação de urgência, arrombaram a porta, pularam o muro para a casa de João e o salvaram.

Nesse cenário, considerando o arrombamento da porta do imóvel vizinho, é correto afirmar que:

- (A) inexistente, na espécie, responsabilidade civil imputável ao Estado, considerando que os agentes públicos, embora tenham praticado ato ilícito, em razão do arrombamento da porta do imóvel vizinho, assim o fizeram para salvar o particular João;
- (B) há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, em razão do arrombamento da porta do imóvel vizinho. Cuida-se de hipótese de responsabilidade civil do Estado decorrente da prática de ato ilícito;
- (C) há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza subjetiva, em razão do arrombamento da porta do imóvel vizinho. Cuida-se de hipótese de responsabilidade civil do Estado decorrente da prática de ato ilícito;
- (D) há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, em razão do arrombamento da porta do imóvel vizinho. Cuida-se de hipótese de responsabilidade civil do Estado decorrente da prática de ato ilícito;
- (E) inexistente, na espécie, responsabilidade civil imputável ao Estado, considerando que os agentes públicos praticaram atos lícitos no exercício de suas funções, salvando o particular João.

82

Licitação é o processo administrativo, de natureza instrumental, utilizado pela Administração Pública e pelas demais pessoas jurídicas indicadas pela lei com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa – sem descuidar das demais finalidades elencadas pela legislação – por meio de critérios objetivos e impessoais, para celebração de contratos administrativos. Como se vê, a licitação não é um ato administrativo isolado. Na verdade, tem-se um processo administrativo, no bojo do qual uma série de atos encadeados será praticada com o fim precípuo de se chegar à melhor proposta para a celebração de contratos com o poder público.

Considerando o processo licitatório e os institutos afetos à contratação direta, é correto afirmar que:

- (A) a inexigibilidade de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol taxativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se a calamidade pública;
- (B) a dispensa de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol exemplificativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se a calamidade pública;
- (C) a dispensa de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol taxativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se o credenciamento;
- (D) a inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição. Como inexistente, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, competitividade, a atuação do administrador público é vinculada e o rol de situações de inexigibilidade é exemplificativo. Como exemplo, cite-se o credenciamento;
- (E) a dispensa de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição. Como inexistente, nas hipóteses de dispensa de licitação, competitividade, a atuação do administrador público é vinculada e o rol de situações de dispensa é exemplificativo. Como exemplo, cite-se o credenciamento.

83

1º cenário: João, servidor público estatutário, lavra um auto de infração e procede à interdição do restaurante XYZ, em razão da inobservância das normas sanitárias aplicáveis à espécie.

2º cenário: o Município de Niterói, após a observância do contraditório e da ampla defesa, aplica uma punição à sociedade empresária contratada ABC, que dolosamente descumpriu as cláusulas do contrato administrativo.

No 1º cenário e no 2º cenário, respectivamente, há a manifestação do:

- (A) poder disciplinar e poder disciplinar;
- (B) poder disciplinar e poder de polícia;
- (C) poder de polícia e poder disciplinar;
- (D) poder de polícia e poder hierárquico;
- (E) poder disciplinar e poder hierárquico.

84

João, prefeito do Município de Niterói, no exercício de suas funções, editou um ato administrativo (01) que preencheu, regularmente, todos os elementos exigidos em lei para tanto (competência, forma, finalidade, motivo e objeto). Apurou-se, contudo, que o ato administrativo não estava produzindo os efeitos almejados pela Administração Pública.

Posteriormente, o chefe do Poder Executivo da municipalidade, em outra seara, editou novo ato administrativo (02), eivado da pecha de ilegalidade.

O prefeito, então, buscou parecer junto à Procuradoria Municipal, para assessorá-lo sobre os caminhos que poderiam ser adotados para a retirada dos atos administrativos do mundo jurídico.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Administração Pública:

- (A) não pode, de ofício, revogar o ato administrativo (01) após editá-lo, considerando a validade deste, sob pena de agir de forma contraditória. Deverá, para que possa revogá-lo, ser provocada. Por outro lado, a anulação do ato administrativo (02) pelo Poder Judiciário viola a separação dos Poderes, considerando que o último não pode imiscuir-se nas competências do Executivo. Caberá, portanto, à Administração Pública anular o ato administrativo (02);
- (B) não pode, de ofício, revogar o ato administrativo (01) após editá-lo, considerando a validade deste, sob pena de agir de forma contraditória. Deverá, para que possa revogá-lo, ser provocada. Por outro lado, a anulação do ato administrativo (02) exige a atuação do Poder Judiciário, para controlar eventual ato ilícito imputado à municipalidade, que editou ato ilegal;
- (C) poderá, a partir de um juízo de oportunidade e conveniência, revogar, por si só, o ato administrativo (01), considerando a validade deste, com produção de efeitos *ex nunc*. Em relação ao ato administrativo (02), a Administração deverá provocar a atuação do Poder Judiciário, para que este anule o ato ilegal, com a produção de efeitos *ex tunc*;
- (D) poderá, a partir de um juízo de oportunidade e conveniência, revogar, por si só, o ato administrativo (01), considerando a validade deste, com produção de efeitos *ex nunc*. Poderá, ainda, por conta própria, anular o ato administrativo (02), com a produção de efeitos *ex tunc*, em razão da autotutela administrativa;
- (E) poderá, a partir de um juízo de oportunidade e conveniência, provocar a atuação do Poder Judiciário, para que este revogue o ato administrativo (01), considerando a validade deste, com produção de efeitos *ex nunc*, e anule o ato administrativo (02), com a produção de efeitos *ex tunc*.

85

Maria e Roberto, ambos brasileiros, ela domiciliada desde a infância na França e ele domiciliado havia muitos anos na Alemanha, conheceram-se pela internet e começaram a namorar. Após algum tempo mantendo um relacionamento a distância, os dois decidiram contrair matrimônio. O casamento foi validamente celebrado em cerimônia civil realizada em Portugal, país onde residiam muitos de seus familiares, sem que os nubentes nada declarassem acerca do regime de bens que pretendiam adotar. Enquanto planejavam o casamento, Maria e Roberto decidiram que gostariam de viver juntos na Espanha. Tomaram, assim, todas as providências para que, imediatamente após o término da cerimônia de casamento, pudessem mudar-se de forma definitiva para a capital espanhola, o que efetivamente fizeram, ali estabelecendo juntos seu domicílio único, pela primeira vez na condição de casados.

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), o regime de bens aplicável aos cônjuges nesse caso será determinado pela lei:

- (A) brasileira;
- (B) francesa ou pela lei alemã, indistintamente;
- (C) portuguesa;
- (D) espanhola;
- (E) alemã.

86

André e Alberto celebraram um contrato de grande vulto financeiro, voltado para o fornecimento de insumos necessários à atividade empresarial deste último. Em certo momento do cumprimento do contrato, porém, as partes se desentenderam sobre a incidência de certos deveres recíprocos no contrato e levaram sua divergência à apreciação do Poder Judiciário.

Caso o juiz competente para julgar o caso não encontre na lei nenhuma norma jurídica que trate especificamente do objeto da controvérsia entre André e Alberto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) admite que o julgador, entre outras possibilidades:

- (A) recorra aos costumes adotados no setor econômico em que atuam as partes, mas não aos princípios gerais do direito, para decidir o caso;
- (B) aplique extensivamente ao caso concreto normas de direito contratual capazes de oferecer uma solução à controvérsia, mas não admite que as aplique de forma analógica;
- (C) aplique à controvérsia uma norma prevista para outro tipo de contrato, desde que ela mantenha com a hipótese em julgamento a mesma identidade de razão;
- (D) negue julgamento ao caso, determinando às partes que busquem a solução amigável do litígio, ante a ausência de norma jurídica específica aplicável à controvérsia;
- (E) dê preferência a aplicar os costumes adotados por outros agentes do mesmo setor econômico em que atuam as partes, ainda que eles contrariem expressa disposição de lei.

87

Dirceu é um empresário brasileiro que vive, há muitos anos, no Canadá com sua família. Embora não mantenha mais domicílio no Brasil nem sequer tenha visitado o país desde o início de sua carreira profissional, Dirceu é proprietário de uma pequena sala comercial situada em um prédio no Centro de Niterói, a qual ele recebeu como herança de um tio quando ainda cursava a faculdade. Recentemente, o síndico do condomínio em que a sala comercial está inserida, buscando contato com Dirceu, tomou conhecimento de que ele se encontrava viajando a negócios pelos Estados Unidos. Ato contínuo, o síndico procurou um advogado para perguntar se era possível considerar, juridicamente, que Dirceu ainda é proprietário da sala, mesmo após tantos anos sem usar o imóvel.

Para poder responder à pergunta, o advogado informou, corretamente, que, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), o direito de propriedade sobre a sala em questão é regulado pela lei:

- (A) brasileira, por se tratar da lei do local de nacionalidade do proprietário;
- (B) brasileira, por se tratar da lei do local em que se encontra situado o bem;
- (C) brasileira, por se tratar da lei do local de abertura da sucessão do proprietário anterior da sala;
- (D) estadunidense, por se tratar da lei do local em que o proprietário se encontra no momento atual;
- (E) canadense, por se tratar da lei do local de domicílio do proprietário.

88

Alguns anos atrás, Murilo comprou um veículo que pertencia a Vilma, uma senhora muito amiga de sua família. O automóvel foi transferido a Murilo imediatamente, mas ele, que deveria pagar o preço à vista, nada pagou à vendedora. Vilma, por sua vez, em respeito à família de Murilo, nunca cobrou a dívida, não tendo nenhuma das partes jamais voltado a tocar no assunto desde então. Recentemente, Vilma, que já tinha uma idade avançada, faleceu e deixou como única herdeira Viviane, sua filha. Como sucessora legítima da mãe, Viviane adquiriu, por força de lei, entre outros direitos de Vilma, o direito de cobrar o preço do veículo vendido para Murilo.

Considerando como verdadeiro que a lei impunha a Vilma um prazo prescricional de cinco anos para a cobrança da dívida em face de Murilo e que já haviam decorrido exatos quatro anos desse prazo quando Vilma faleceu, é correto afirmar que:

- (A) com a morte de Vilma, a prescrição iniciada contra ela continua a correr pelo tempo restante contra Viviane;
- (B) com a morte de Vilma, a prescrição iniciada contra ela cessa e começa a correr novo prazo de cinco anos contra Viviane;
- (C) com a morte de Vilma, a prescrição da pretensão em questão deixa de correr permanentemente em favor de Viviane;
- (D) com a morte de Vilma, a prescrição da pretensão em questão reputa-se automaticamente consumada contra Viviane;
- (E) a prescrição da pretensão de Vilma já estava consumada antes da sua morte, por efeito da sua inércia injustificada.

89

Em 2020, um Município editou uma lei dispendo sobre regras gerais para a ordenação urbana de sua região central, a qual se encontrava bastante degradada. Cerca de um ano após o começo de vigência daquela lei, já em 2021, uma nova lei municipal foi editada e entrou em vigor, tratando apenas de aspectos específicos relevantes para a urbanização daquela mesma área da cidade e até então não regulados, sem fazer qualquer referência expressa à lei anterior.

Considerando que ambas as leis eram plenamente válidas e eficazes, que nenhuma delas se destinava à vigência temporária e que as normas previstas pela lei mais nova são compatíveis com aquelas contidas na lei anterior, é correto afirmar que, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), a lei mais nova em questão:

- (A) revogou a lei anterior;
- (B) modificou a lei anterior, sem revogá-la;
- (C) restaurou a lei anterior, sem modificá-la;
- (D) derogou tacitamente a lei anterior;
- (E) não modificou nem revogou a lei anterior.

90

Tatiana, uma adolescente de 16 anos, passava férias no litoral com sua família quando foi abordada por Douglas, um comerciante local, que lhe ofereceu o que parecia ser um colar ornado por uma pérola. Encantada com o objeto, a jovem desembolsou um valor significativo para comprá-lo, com a assistência dos seus pais, que a acompanhavam naquele momento. Dias depois, uma amiga lhe contou que aquele comerciante era conhecido por enganar turistas e que o objeto adquirido por Tatiana dificilmente continha uma pérola verdadeira, o que a jovem depois verificou ser realmente o caso. Considerando como correto que a ordem jurídica assegura a Tatiana, nesse caso, o direito de pedir a anulação da compra do colar e que esse direito deve ser exercido dentro do prazo decadencial previsto em lei de quatro anos, é correto afirmar que:

- (A) o direito de Tatiana à anulação não se sujeitará à decadência enquanto ela não completar 18 anos de idade;
- (B) ainda que Tatiana venha a decair do direito à anulação, pode Douglas, se quiser, renunciar à decadência em seu favor;
- (C) o prazo para exercício do direito à anulação de Tatiana não é interrompido pelas causas que interrompem a prescrição;
- (D) caso Tatiana venha a decair de seu direito à anulação, essa decadência não poderia ser conhecida de ofício pelo juiz;
- (E) o não exercício por Tatiana do direito à anulação dentro do prazo legal torna esse direito inexigível, mas não o extingue.

91

Ana Carolina é uma artista plástica que atualmente passa por diversas dificuldades profissionais, não dispondo de quaisquer bens nem de recursos financeiros suficientes para pagar a maior parte de suas dívidas, inclusive aquelas contraídas com fornecedores de tintas, telas, pincéis e outros materiais necessários à sua atividade. Embora muitas dessas dívidas já estejam vencidas, sejam plenamente exigíveis e permaneçam sem pagamento, Ana Carolina, muito honesta, tem convicção de que um dia conseguirá pagar todos os seus débitos, sem exceção, não importa quanto tempo demore para fazê-lo. Com essa determinação em mente, a artista utilizou os últimos valores em dinheiro de que dispunha para pagar a dívida mais antiga de todas, vencida há mais de cinco anos, com o fornecedor Tintas Todas Ltda., apesar de ter o correto conhecimento de que, após tanto tempo sem pagamento, a pretensão daquele fornecedor já se encontrava juridicamente prescrita.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) Ana Carolina renunciou tacitamente e de forma plenamente válida à prescrição da pretensão em favor do fornecedor Tintas Todas Ltda.;
- (B) as partes acordaram tacitamente, de forma plenamente válida, a alteração do prazo prescricional em favor do fornecedor Tintas Todas Ltda.;
- (C) a renúncia à prescrição pretendida por Ana Carolina em favor do fornecedor Tintas Todas Ltda. é nula, pois, em casos como este, apenas se admite a renúncia de forma expressa;
- (D) Ana Carolina renunciou tacitamente à prescrição em favor de Tintas Todas Ltda., mas essa renúncia não tem validade jurídica nas circunstâncias em que foi feita;
- (E) a alteração do prazo prescricional em favor de Tintas Todas Ltda. pretendida pelas partes foi nula, pois apenas se admite essa alteração depois de consumada a prescrição.

92

Gustavo celebrou um contrato com Juliana por meio do qual o primeiro prometia vender para a segunda uma obra de arte que integrava sua pinacoteca particular após o prazo de doze meses. O contrato previa a cobrança de multa em valor elevado no caso de descumprimento por qualquer das partes. No acordo, porém, também ficou estabelecido que Gustavo se reservava o direito potestativo de, caso julgasse conveniente, arrepender-se da promessa e pedir o desfazimento do contrato, dentro do prazo máximo de seis meses contados da data de celebração.

Considerando que o contrato firmado entre as partes é plenamente válido e eficaz, bem como que já se passaram sete meses desde a data de celebração da promessa de compra e venda da obra de arte sem que Gustavo tenha exercido o seu direito ao arrependimento, é correto afirmar que:

- (A) se quiser, Juliana pode renunciar à decadência do direito ao arrependimento de Gustavo, em favor dele;
- (B) eventual renúncia por parte de Juliana à decadência do direito ao arrependimento de Gustavo seria nula;
- (C) se quiser, Juliana ainda pode renunciar à prescrição da pretensão de Gustavo ao arrependimento, em favor dele;
- (D) eventual renúncia por parte de Juliana à prescrição da pretensão de Gustavo ao arrependimento seria nula;
- (E) eventual renúncia por parte de Juliana à prescrição da pretensão de Gustavo ao arrependimento seria válida, desde que não seja prévia.

93

O dever das partes, dos procuradores e de todos aqueles que intervierem no processo, cujo descumprimento pode dar azo à configuração de ato atentatório à dignidade da justiça, é:

- (A) atualizar o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações;
- (B) abster-se de empregar expressões ofensivas e de praticar condutas inapropriadas em audiência;
- (C) abster-se de produzir provas desnecessárias ao reconhecimento ou defesa do direito;
- (D) abster-se de deduzir pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são desprovidas de fundamento;
- (E) cumprir com exatidão as decisões, de natureza provisória ou final, sem criar embaraços à sua efetivação.

94

No que concerne aos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) devem ser invalidados aqueles que tiverem sido realizados na forma diversa da prevista na lei, ainda que alcançada a sua finalidade essencial;
- (B) são públicos, embora deva prevalecer o segredo de justiça nos feitos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;
- (C) é obrigatório o uso da língua portuguesa, embora o documento redigido em língua estrangeira possa ser juntado aos autos se as partes declararem compreender o seu teor;
- (D) caso as partes entreguem em cartório petições, arrazoados, papéis e documentos, a serventia não ficará obrigada a lhes passar recibo;
- (E) é vedado ao juiz e às partes fixar, ainda que de comum acordo, calendário para a sua prática.

95

Determinado condomínio edifício tentou, perante o juízo comum, ação indenizatória em face do morador de um prédio vizinho, que, conduzindo imprudentemente o seu veículo, danificou-lhe o portão principal. A verba indenizatória pleiteada correspondia a quinze salários mínimos.

Tomando contato com a petição inicial, o juiz percebeu que a peça não havia sido assinada por nenhum advogado.

Nesse cenário, deve o magistrado:

- (A) indeferir de plano a petição inicial, seja pelo fato de o condomínio carecer de capacidade de ser parte, seja pela falta de capacidade postulatória;
- (B) indeferir de plano a petição inicial, pelo fato de o condomínio carecer de capacidade de ser parte;
- (C) indeferir de plano a petição inicial, pela falta de capacidade postulatória;
- (D) suspender o feito e assinar prazo para que o condomínio se faça representar por advogado;
- (E) suspender o feito e assinar prazo para que os condôminos assumam o polo ativo, fazendo-se representar por advogado.

96

Caio, menor de 17 anos de idade, ajuizou, perante o Juizado Especial Cível, ação indenizatória em face de uma sociedade empresarial, pleiteando a condenação desta a lhe pagar a quantia correspondente a quarenta salários mínimos.

A petição inicial foi assinada por advogado, a quem o demandante, devidamente assistido por seu genitor, outorgou poderes para representá-lo no feito, conforme instrumento de mandato *ad judicium* firmado por pai e filho.

É correto afirmar, nesse contexto, que o juiz da causa:

- (A) deverá extinguir o feito sem resolução do mérito, em razão da incapacidade de Caio;
- (B) deverá declinar da competência em favor do juízo comum, a fim de que o processo ali possa ter prosseguimento;
- (C) deverá determinar a retificação do polo ativo, de modo a que o genitor de Caio passe a integrá-lo, no lugar do filho;
- (D) poderá determinar o prosseguimento do feito, acolhendo, ao final, o pedido, desde que a condenação não supere o valor correspondente a vinte salários mínimos;
- (E) poderá determinar o prosseguimento do feito, acolhendo, ao final, o pedido, sendo possível que a condenação alcance o valor correspondente a quarenta salários mínimos.

97

O procedimento comum terá início pela distribuição da petição inicial, que é a peça inaugural do processo. Nesse sentido, é necessária a indicação de vários requisitos essenciais para que esta seja apta a ensejar o exame do pedido.

Assim, é prescindível na referida petição inicial a indicação:

- (A) do juízo a que é dirigida;
- (B) do valor da causa;
- (C) do nome da ação;
- (D) das provas com que o autor pretende demonstrar a verdade;
- (E) da opção do autor pela realização da audiência de mediação.

98

Um servidor, no juízo competente, de ofício, abriu vista do feito às partes, após a juntada dos cálculos do contador aos autos do processo, sem prévio despacho do juiz nesse sentido.

É correto afirmar que tal conduta é:

- (A) possível, pois se trata de despacho ordinatório;
- (B) possível, pois se trata de ato meramente ordinatório;
- (C) proibida, uma vez que é decisão interlocutória exclusiva de juiz;
- (D) proibida, pois é ato meramente ordinatório exclusivo de juiz;
- (E) proibida, pois se trata de despacho exclusivo de juiz.

99

O juiz percebeu que o procurador do réu não tinha regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nem sequer era advogado. Nesse sentido, o juiz suspendeu o processo, ainda na instância originária, e determinou que se regularizasse a representação da parte ré. Todavia, o réu não constituiu outro procurador, porque queria ser defendido por aquele que indicara anteriormente e que assumiria qualquer ônus pela falta de técnica processual em sua defesa.

Nesse sentido, o juiz deverá:

- (A) extinguir o processo, sem resolução do mérito;
- (B) julgar o mérito imediatamente;
- (C) nomear um defensor público ao réu;
- (D) considerar o réu revel;
- (E) permitir que o procurador permaneça no processo.

100

João, incapaz, devidamente representado por seu pai, sem interesses colidentes entre estes, após ser regularmente citado de forma pessoal, deixou transcorrer o prazo de resposta sem apresentar qualquer manifestação processual, bem como não constituiu procurador nos autos. O juiz decretou a revelia do réu e nomeou um curador especial.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) equivocada, uma vez que não havia necessidade de nomeação de um curador especial;
- (B) correta, uma vez que os interesses das partes autora e ré são colidentes;
- (C) correta, uma vez que o réu é revel e foi citado de forma pessoal;
- (D) equivocada, pois a revelia só poderia ser decretada após a manifestação do curador especial;
- (E) equivocada, pois deveria nomear um membro do Ministério Público para a defesa do réu.

Realização

